

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração

Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Márcia Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita



JULIO MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1959-1988)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1969-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)
Plínio Barreto (1927-1958)

Diretor
Ruy Mesquita

Diretoria Executiva
Francisco Mesquita Neto
Célio V. Santos Filho
Elói Gertel
José Aparecido Lanzana
Paulo de Tarso Nogueira
Sandro Vaia

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2001
VENDAS DE ASSINATURAS
Capital: 3858-9000 Demais localidades: 0800-14-9000
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR
falecom@estado.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Capital: 3959-8500 Demais localidades: 0800-14-77-20
www.assinante.estado.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALEIRO: 0800-11-00-94
www.jornaleiroonline.com.br
INTERNET: http://www.estado.com.br

PREÇOS VENDA AVULSA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,20 (segunda a sábado) e R\$ 3,50 (domingo). DF e MS: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 3,90 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,40 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo).

PREÇOS ASSINATURA SEMESTRAL

SP, RJ, PR, MG e SC: R\$ 434,20 ■ DF e MS: R\$ 499,20 ■ MT, GO, RS e ES: R\$ 650,00
■ AL, BA, PE e SE: R\$ 764,40 ■ Demais Estados: R\$ 873,60

Publicação da
S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax Nº (011) 3856-2940

FÓRUM DE DEBATES

TEMA: GOVERNO LULA

Esta coluna é um espaço aberto para
opinião dos leitores sobre temas de destaque.

Viajar sem sair do lugar

S. Exa. o sr. presidente da República, ao dizer que “os que me criticam deveriam visitar a África”, esqueceu que não temos condições financeiras para fazer viagens desse porte.

Se tivéssemos, seria ótimo ir até lá para conhecê-la. Como não temos recursos suficientes, recorremos a livros, internet, jornais, etc. para ficarmos informados sobre o Brasil e o mundo. Com todo o respeito, aconselho S. Exa. a fazer o mesmo antes de empreender qualquer viagem. Muito constrangimento poderia ser evitado. **Nair T. de Souza Martins**, Santo André

Ao pé da letra

Quer dizer que, para entender o que Lula diz sobre a Namíbia, terei de ir à África? **Hilário. Ivan Bernardino da Costa**, Tatuí

Febeapá

A semana passada foi pródi-ga. A começar por aquela foto de nosso presidente, com a língua de fora, fazendo “embaixada” e a terminar com aquela do eles são pobrinhos mas limpinhos. Porém, esta dos velhinhos nas filas do INSS para recadastramento foi demais. Se todos os cartórios de registro civil enviassem regularmente à Previdência as certidões de óbito emitidas, não estaria resolvido o “pobrema” da atualização de cadastro? Enfim, continuo na expectativa de que essa semana seja tão prolífica quanto a anterior, pois quem sabe o Stanis-lau Ponte Preta resuscite para se recadastrar. **Álvaro Luiz Devecz** (mustdevez@uol.com.br)

Cadastro automático

Ministro Berzoini, por que não uma lei que obrigasse a apresentação do número do INSS para emissão do atestado de óbito? Sem a inscrição do INSS, não sai o atestado de óbito. Assim, nenhum falecido escapa, pois essa história de mandar recadastrar toda vez que dá na cabeça é uma vergonha da Nação. **Paulo Seiji Isewaki** (isewaki@ig.com.br)

Contagem Regressiva

Não tem desculpa. Aliás, pode ter sim: dos velhinhos insanos, que mal têm consciência de sua existência ou dos velhinhos que não têm nada a perder a não ser o seu direito à aposentadoria. O sr. Berzoini não precisava se dar ao trabalho de pedir desculpas publicamente. Que pedisse perdão a Deus – que tudo pode. Não acredito que os filhos, os netos e a população em geral estejam dispostos a esboçar um leve sorriso e dizer: “Tudo bem! Que Deus lhe perdoe e que o senhor tenha uma velhice mais digna. Que o senhor viva até os cem

anos com muita saúde e disposição para enfrentar a fila do INSS!” E que esteja muito vivo para dizer: “Ainda vivo. Incomodo em alguma coisa?”, se outro ministro vier com a essa idéia de recadastramento. Tenho 19 anos e já tenho muito, muito medo da velhice. Aprendi nesses anos que temos um consagrado direito garantido pela Constituição, que é o da “liberdade de expressão”. Então, choremos. **Suame Cecato Kono**, São

Paulo

Humildade

Ao tentar acertar (no combate à corrupção), o Ministério da Previdência errou ao suspender os pagamentos dos benefícios às pessoas com mais de 90 anos. No entanto, é louvável a atitude do ministro Ricardo Berzoini (Previdência Social) de vir a público reconhecer e corrigir o erro. Se todos os que ocupam cargos públicos tivessem essa humildade (e coragem), o Brasil estaria bem melhor. **Norian Segatto**, São Paulo

Memória da escuridão

É curiosa a memória coletiva. Somente a amnésia pode sustentar a alegação de que “antes era melhor”. Aos críticos das ações equivocadas do atual governo, e são inúmeras, nada menos recomendável do que tais comparações absurdas. Dizer que na época de Geisel se podia andar com segurança na rua é esquecer que pessoas de bem, compositores, cantores, escritores, jornalistas que, por arte ou crítica, reprovaram o governo ou se exilaram ou foram torturados e mortos. Esbirros, pela simples vontade de um mero agente da autoridade, invadiam nossa casa e sumiam com nossos familiares. Delfim Neto, sentado sobre tanques e canhões, “administrou” a receita do bolo e conduziu o “milagre” que nos trouxe a esta lamentável dependência do FMI e, quem comentou o fato, não pode andar com segurança nem na rua, nem em sua casa. A expressão “anos de chumbo” não foi cunhada por desmemoriados, mas pela história feita por quem teve olhos de ver. As críticas feitas ao atual governo estão centradas na ameaça de totalitarismo que desponta em alguns setores do PT e do governo. Tais críticas não precisam de apoio de desmemoriados que querem a volta à escuridão. **Homero Benedicto Ottoni Netto** (hbon@uol.com.br), Atibaia

■ **Temas para debate: “Justiça Brasileira” e “Educação”.** Os textos devem ser enviados para Av. Eng. Caetano Álvares, 55, CEP 02598-900, pelo fax (011) 3856-2920 ou por e-mail (forum@estado.com.br), com identificação, endereço e telefone do remetente, e podem ser resumidos. Os leitores que desejarem a divulgação de seu endereço eletrônico devem dar sua autorização na própria mensagem, digitando ao lado de seu nome o e-mail.

DOM CLÁUDIO HUMMES

Inclusão social e reforma agrária



Um terço da população brasileira vive na pobreza e na miséria, em completa desilusão

Todos nós, que prezamos a dignidade inviolável do homem, rejeitamos a exclusão social de pessoas humanas, ainda que fossem poucas ou uma somente. Estamos, contudo, diante de um quadro mundial e brasileiro em que a exclusão social cresceu e continua crescendo monstruosamente, não obstante esforços louváveis de reinclusão por parte de alguns governos. Sabemos que a exclusão social, hoje, tem tudo que ver com a nova ordem econômica mundial, globalizada, de mercado livre e aberto, que não está conseguindo trazer a prosperidade para todos, nem a justiça social e a solidariedade indispensável para com os pobres.

Ao contrário, temos hoje até mesmo, e mais do que nunca, nações inteiras excluídas, como, por exemplo, na África subsaariana. De um lado, essas nações africanas são a tal ponto pobres que não têm recursos próprios suficientes para investir em seus respectivos países e torná-los capazes de produzir com qualidade para competir no mercado mundial. Por outro lado, os países desenvolvidos não mostram interesse, muito menos solidariedade, em investir nesses países e torná-los competitivos no mercado livre globalizado. Assim, a exclusão se concretiza e os países afundam no círculo vicioso da miséria, das doenças – em especial da aids – e da desesperança. Não têm futuro diante de si. O mesmo acontece com outros países pobres pelo mundo afora. Se hoje algum desses países desaparecesse do planeta da noite para o dia, creio que nenhuma bolsa financeira no mundo cairia!

O Brasil, graças a Deus, é hoje um país emergente. Conta com um governo que procura qualificá-lo e mantê-lo na rota do crescimento econômico e da participação no mercado mundial livre e aberto. Mas sua desigualdade social e econômica continua sendo das maiores do mundo e sua divisão de renda, uma das mais per-

versas. Isso se concretiza nas dezenas de milhões de excluídos dentro do nosso país. Na cidade grande, olhemos ao nosso redor e veremos milhares de pessoas vivendo na rua, sem nenhuma oportunidade. É a chamada população de rua, que em São Paulo chega aos 10 mil. Depois, de para a mo-nos com os milhões de desempregados. Em São Paulo vão chegando aos 2 milhões! Uma terça parte da população brasileira vive na pobreza e na miséria. Muitos, na miséria absoluta, na fome e na mais completa desilusão. Todos conhecemos à saciedade esse estado de coisas. Mas não podemos acostumar-nos a ele e por isso convém lembrá-lo reiteradamente.

Reincluir tantos excluídos constitui-se num dever humanitário e cristão. Será um processo certamente mais longo do que a urgência dos pobres. Mas é inadiável.

No processo brasileiro de reinclusão, a reforma agrária poderá ter um papel determinante. A Igreja Católica, em especial, mediante a

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assumiu essa causa há muitos anos. Periodicamente, ela volta ao assunto. Por sua vez, o papa João Paulo II tem encorajado a Igreja no Brasil a empenhar-se nessa causa. Ainda em julho passado, ele perguntou espontaneamente aos bispos da presidência da CNBB: “E a reforma agrária no Brasil?” Com essa pergunta do papa, nós, bispos do Conselho Permanente da CNBB, iniciamos o texto de uma recente nota sobre as questões da reforma agrária. A nota foi publicada dia 30 de outubro. O que a motivou foi, como diz o texto, a preocupação da CNBB “diante do crescimento das ocupações de terra, dos conflitos cada vez mais graves, da violência e impunidade no campo”, bem como “a notícia de que o governo pretende lançar brevemente o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. A notícia do plano foi recebida com satisfação por nós, bispos, ainda que não ignoremos “as dificuldades financeiras que o País está enfrentando”. Mas percebemos que, “por sua gravidade e urgência, a solução da questão agrária torna-se uma prioridade, exigindo de todos compreensão e apoio”. Essa solução deve incluir “as dívidas para com os po-

vos indígenas e para com as comunidades remanescentes de quilombos”.

Pensamos que deve realizar-se “uma reforma agrária justa e pacífica, ampla e profunda, acompanhada de uma política agrícola que dê apoio à pequena e média produção e à agricultura familiar”.

Pessoalmente, penso ser óbvio que não basta distribuir terras sem, ao mesmo tempo, dar condições aos seus beneficiários de prosperarem economicamente. Digo prosperar, e não apenas sobreviver. Uma família de pequenos agricultores pode até resignar-se, por algum tempo, a somente sobreviver. Mas, se não aparecerem paulatinamente oportunidades de progredir, de verdadeiramente prosperar, abandonará mais uma vez sua terra e migrará para as periferias urbanas.

Acrescente-se também que muitos latifúndios antigamente improdutivos, diante da perspectiva concreta de bons lucros, começaram a se tornar grandes produtores de exportação. Isso é importante para a economia do País, mas a agricultura familiar é também necessária, pois produz principalmente para o mercado interno. Provavelmente, será necessário reinventar em muitos aspectos a reforma agrária, dado que, segundo muitos peritos, a situação mudou enormemente em relação a 50 anos atrás, quando ainda se poderia ter realizado uma reforma agrária no estilo clássico.

Volto à nota da CNBB. Nela, nós, bispos, manifestamos a certeza de que a reforma agrária bem conduzida e realizada poderá “aliviar simultaneamente grandes problemas sociais de nosso país, como o desemprego, o acúmulo de terras improdutivas, o êxodo rural e a fome”. A reforma agrária, somando-se ao projeto Fome Zero e ao Mutirão da CNBB pela Superação da Miséria e da Fome, diz o texto da nota, poderá “favorecer a fixação do homem ao campo” e “oferecer inúmeros postos de trabalho e multiplicar a disponibilidade de alimentos para toda a população brasileira”. Será, assim, “um instrumento privilegiado de inclusão social”.

■ Dom Cláudio Hummes é cardeal-arcebispo Metropolitano de São Paulo



JULIA S. GUIVANT E MURILO FLORES

Transgênicos, ciência e política

O presidente Lula manifestou recentemente que o projeto de lei – que posteriormente foi enviado ao Congresso Nacional – sobre os transgênicos teria a “sustentação científica” como base. Afirmou

O governo está perdendo a chance de construir uma democracia científica e social

que não quer o debate ideológico sobre a questão, mas puramente científico. De qual ciência falava o presidente? Seu discurso e os fundamentos a que o governo recorre pressupõem um único modelo de ciência, que nos daria a verdade neutra e definitiva.

Esse modelo já tem sido extensamente questionado por pesquisadores reconhecidos na comunidade acadêmica internacional, que mostram não estar a ciência isenta de valores e posições políticas (entendidas num sentido amplo, e não partidário). Esses pressupostos passam a ter maior relevância diante das regulamentações sobre riscos tecnológicos incertos, como os que envolvem as sementes transgênicas. Nestes casos, não se pode atribuir a responsabilidade de decisões finais a cientistas que operam dentro de uma visão estreita de ciência, resistentes a aceitar as bases valorativas de suas opiniões e as divisões existentes entre os próprios cientistas sobre o que fazer diante de tais riscos.

À vista de como se vem conduzindo, o governo parece ignorar que, especialmente para lidar com esse tipo de riscos incertos, em contextos de altas pressões políticas, sociais e econômicas, é crucial reconhecer os limites do modelo clássico de ciência. O reconhecimento desses limites não equivale a negar a contribuição científica, mas sugere a conveniência de reavaliar seu alcance e seu papel nos processos decisórios que envolvam incertezas.

Consideramos ser crucial a abertura de novos canais decisórios, com um debate efetivamente participativo de diversos setores sociais, dando relevância ao princípio de precaução. Este princípio não significa expectativa definitiva de risco zero nem é um entrave à contribuição e a pesquisa científica e tecnológica. Ele é um complemento útil porque tempera a condição da ciência como fundamento único da tomada de decisões sobre os riscos incertos, apoiando-a na consulta aos cidadãos sobre que riscos podem ser aceitos ou devem ser recusados. Ademais, ao aventar esses riscos, o processo participativo ajuda a apontar à sociedade quem são os potenciais ganhadores e perdedores de eventuais decisões, em termos econômi-

cos, sociais e políticos.

A operacionalização do processo requer pensar estratégias para a constituição de “júris cidadãos”, com participantes que não estejam “de cabeça feita” ou exclusivamente representando atores já envolvidos (ONGs, movimentos sociais, partidos políticos e cientistas). As conclusões destes fóruns públicos diferem das clássicas pesquisas de opinião, dos plebiscitos ou dos referendos porque nesses mecanismos as divergências podem ser disfarçadas pelo difuso conceito de “opinião pública”. Com regras claras e transparência operacional a metodologia participativa conferiria aos debates legitimidade, tanto maior quanto menor a comunidade envolvida. Sem necessariamente se procurar chegar a consenso ou eliminar conflito se poderiam gerar condições e insumos para o processo decisório, com simetria e explicitação de sacrifícios e benefícios. Esse tipo de fóruns seria uma inovação no caminho da construção de uma cidadania científica.

As experiências a que nos referimos se inspiram nas que já têm sido implementadas em diversos países europeus, não só para lidar com os transgênicos, mas com outros temas abertamente públicos e para os quais a ciência não pode dar resposta definitiva. Recentemente, na Inglaterra, por exemplo, o governo organizou fóruns

em seis cidades, envolvendo amostragem da população e confronto transparente de posições sobre se se deveria ou não permitir o plantio das sementes transgênicas.

A estratégia proposta apresenta, sem dúvida, dificuldades, como a forma de escolha dos membros dos comitês ou fóruns e os caminhos de diálogo entre as posições dos representantes políticos e as conclusões dessas instâncias participativas. Para sua implementação seria preciso criar condições adequadas, que aqui não temos espaço para detalhar. Mas se trata, do nosso ponto de vista, de um desafio inevitável para abrir parâmetros de diálogo entre setores em conflito da comunidade científica com a sociedade. Desta maneira, com o cuidado de não cair num populismo participativo, poder-se-ia substituir a visão científica, segundo a qual alguns administradores e peritos monopolizam o que se define como “verdade” e, conseqüentemente, o que seria recomendável para todos.

Ao não ver que a ciência também é política, o governo Lula está perdendo a oportunidade de construir uma democracia científica e social.

■ Julia S. Guivant é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Murilo Flores é pesquisador e ex-presidente da Embrapa